

**UNILA**  
Universidade Federal  
da Integração  
Latino-Americana

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM  
ESTUDOS LATINO-AMERICANOS (PPG IELA)**

**ANTONELLA GESSI DE LIMA**

**OS CORPOS DAS MULHERES TRAVESTIS E A SUA EXCLUSÃO NO  
PROCESSO EDUCACIONAL**

Foz do Iguaçu

2023



**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM  
ESTUDOS LATINO-AMERICANOS (PPG IELA)**

**ANTONELLA GESSI DE LIMA**

**OS CORPOS DAS MULHERES TRAVESTIS E A SUA EXCLUSÃO NO  
PROCESSO EDUCACIONAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos Latino-Americanos da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em Estudos Latino-Americanos.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dra. Laura Janaina Dias Amato

Foz do Iguaçu

2023



**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM  
ESTUDOS LATINO-AMERICANOS (PPG IELA)**

**ANTONELLA GESSI DE LIMA**

**OS CORPOS DAS MULHERES TRAVESTIS E A SUA EXCLUSÃO NO  
PROCESSO EDUCACIONAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos Latino-Americanos da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em Estudos Latino-Americanos.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dra. Laura Janaina Dias Amato  
UNILA

---

Prof<sup>a</sup> Dra. Laura Fortes  
UNILA

---

Prof<sup>a</sup> Dra. Lorena Rodrigues Tavares  
UNILA

Foz do Iguaçu  
2023

Catálogo elaborado pelo Setor de Tratamento da Informação  
Catálogo de Publicação na Fonte. UNILA - BIBLIOTECA LATINO-AMERICANA - PTI

L732

Lima, Antonella Gessi de.

Os corpos das mulheres travestis e a sua exclusão no processo educacional / Antonella Gessi de Lima. - Foz do Iguaçu, 2023.

54 f.: il.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos Latino-Americanos. Foz do Iguaçu, PR- 2023.

Orientadora: Profa. Dra. Laura Janaina Dias Amat.

1. Travesti. 2. Transexual. 3. Educação (exclusão social). I. Amat, Profa. Dra. Laura Janaina Dias. II. Título.

CDU [37:316.34-055.3](#)

Dedico este trabalho a minha mãe (*in  
memoriam*).

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus por me dar força de seguir lutando e me dedicando nessa caminhada tão dura chamada vida.

Agradeço a minha família pelo apoio incondicional nos momentos de desespero em vencer esta luta que é estudar, trabalhar e cuidar da família.

Quero agradecer especialmente a minha querida orientadora, Laura Janaina Dias Amato, por acreditar em meu trabalho, ter sido uma professora incrível nos momentos de angústia, por segurar minhas mãos e ter sempre palavras de apoio e incentivo para que eu pudesse concluir o mestrado.

Agradeço também a UNILA e a todo corpo docente do programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos Latino-americanos, pela experiência de fazer um mestrado interdisciplinar e pela importância das reflexões geradas.

## RESUMO

Esta pesquisa qualitativa visa problematizar e compreender a exclusão escolar desde a educação infantil até o ensino superior mulheres trans. A fim de atingir o principal objetivo deste estudo, foi utilizada a autoetnografia, metodologia de pesquisa que se utiliza das experiências da pesquisadora como lente. Além da autoetnografia, compõe a metodologia uma pesquisa por meio de entrevista com uma mulher travesti e a secretária de educação do município de Foz do Iguaçu de forma a corroborar com os resultados autoetnográficos. Os resultados obtidos revelaram os grandes desafios enfrentados pelas mulheres travestis para conseguirem se manter e continuar sua caminhada escolar, já que como travestis, constantemente têm negados direitos básicos de uma vivência social como, por exemplo, o nome social, a permanência na escola e de como a intolerância é excludente.

**Palavras-chave:** Travesti, transexual, educação, exclusão.

## RESUMEN

Trabajo con el propósito de analizar, a través de la autoetnografía y también de entrevistas, cómo la travesti es excluida del contexto escolar, perjudicando su trayectoria de vida y, en la mayoría de los casos, llevándola al mundo de la prostitución. A través del análisis de las entrevistas, demuestran cómo las travestis tienen derechos básicos a una experiencia social por no tener garantizado su nombre social, la permanencia en la escuela y cómo la intolerancia es excluyente. Esta investigación cualitativa tiene como objetivo problematizar y comprender la exclusión escolar de las mujeres travestis. Para lograr el objetivo principal de este estudio, se utilizó la autoetnografía, una metodología de investigación que utiliza las experiencias del investigador como lente. Además de la autoetnografía, la metodología se compone de una investigación a través de una entrevista con una mujer travesti con el fin de corroborar los resultados autoetnográficos. Los resultados obtenidos revelaron los grandes desafíos que enfrentan las mujeres travestis para poder mantener y continuar su viaje escolar, ya que como travestis, se les niegan constantemente derechos básicos de una experiencia social, como el nombre social, la permanencia en la escuela y cómo la intolerancia es excluyente.

**Palabras clave:** Travesti, transexual, educación, expulsión.

## **LISTA DE SIGLAS**

**LGBTQIA+** - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgênero, Queer, Intersexo, Assexual e o símbolo de + aparece para incluir outras identidades de gênero e orientações sexuais que não se encaixam no padrão cis-heteronormativo, mas que não aparecem em destaque antes do símbolo.

**TCC** – Trabalho de Conclusão de Curso

**APAE** – Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais

**ONG** – Organização não Governamental

**LDB** – Lei de diretrizes e bases da educação nacional

**ANTRA** - Associação Nacional de Travestis e Transexuais

**OMS** – Organização Mundial da Saúde

**PNAD Contínua** – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>17</b>
<b>2 METODOLOGIA .....</b>	<b>19</b>
<b>3 MINHA HISTÓRIA, NOSSAS TRAJETÓRIAS .....</b>	<b>24</b>
<b>4 GÊNEROS E CORPOS.....</b>	<b>41</b>
<b>5 ENTREVISTAS.....</b>	<b>46</b>
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>52</b>
<b>7 REFERÊNCIAS.....</b>	<b>53</b>

## APRESENTAÇÃO

Chamo-me Antonella Gessi de Lima, mulher travesti e militante das causas LGBTQIA+<sup>1</sup>. Desde minha infância nunca me reconheci no gênero designado ao nascimento, sempre me vendo como mulher ao me ver ao espelho. Quando assumi socialmente minha transexualidade, tomei como minha essa luta e entendi que ser travesti em uma sociedade machista e preconceituosa não seria fácil.

Na infância, quando me olhava no espelho, nunca via um menino, mas sim a identidade de gênero ao qual meu coração dizia ser correta, sempre me enxerguei como mulher. Em minhas lembranças mais tenras sempre tinha interesse por brincadeiras e vestimentas a qual a sociedade julga ser designadas a mulheres e desta forma comecei a perceber que não me encaixava no que a sociedade dizia ser “certo” ou “padrão”.

Recordo-me por ser de uma família muito religiosa, as minhas atitudes de criança não eram “certas”, pois, para minha família, meninos brincam com brinquedos designados como sendo de meninos (carrinhos e super-heróis) e meninas com brinquedos designados como sendo de meninas (bonecas e casinha) e desta forma suprimi e reprimi minha vontade de exteriorizar meus desejos mais profundos com medo de ser criticada ou até mesmo de ser castigada pelos meus pais.

Era muito triste ter que esconder algo que meu íntimo queria transparecer, isto é, minha vontade de ser menina, em vestir roupas de meninas, usar laços no cabelo como minhas amigas no período escolar. Mamãe era muito severa e isso me amedrontava e junto vinha o receio de decepcioná-la pelo fato de ser a pessoa que sempre mais amei em todo esse mundo.

Ao iniciar minha trajetória escolar os problemas começaram a ser maiores, desde a Educação Infantil onde somente queria me relacionar com meninas, pois as brincadeiras me atraíam, ao mesmo tempo, tinha repúdio pelas brincadeiras de meninos. Lembro-me de ter um bom relacionamento com minhas colegas enquanto

---

<sup>1</sup> LGBTQIA+ é o movimento político e social que defende a diversidade e busca mais representatividade e direitos para essa população. O seu nome demonstra a sua luta por mais igualdade e respeito à diversidade. Cada letra representa um grupo de pessoas (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgênero, Queer, Intersexo, Assexual e o símbolo de + aparece para incluir outras identidades de gênero e orientações sexuais que não se encaixam no padrão cis-heteronormativo, mas que não aparecem em destaque antes do símbolo).

os meninos já me excluíaam por não me encaixar ao “mundo” deles.

Com o passar dos anos minha trajetória escolar piorou muito, pois descobri a maldade do ser humano; os trejeitos femininos que faziam parte de minha essência, a facilidade que eu tinha em me relacionar com as meninas, minha dificuldade de brincar e participar de jogos considerados masculinos, só aumentava o preconceito, discriminação e rejeição pelos meninos na escola.

Isso causou sérios problemas no ambiente escolar, principalmente quando começaram os insultos como “viadinho, bixinha”, entre tantos outros adjetivos utilizados pela sociedade heteronormativa, com o intuito de menosprezar pessoas LGBTQIA+ por não se encaixar nessa sociedade binária de macho e fêmea.

Sempre lutei contra a minha transexualidade, pelo fato de frequentar igreja evangélica e a todo momento ouvir que isso é pecado, que todas as pessoas LGBTQIA+ irão para o inferno. Lembro-me, com muito pesar, que orava muito pedindo para Deus me curar e me libertar disso, querendo supostamente ser normal, normalidade essa que é imposta por uma sociedade machista e binária, onde o diferente não tem espaço.

As coisas começaram a mudar quando iniciei meus estudos no magistério, pois nessa época já tinha o desejo de ser professora. E lá no Colégio Estadual Barão do Rio Branco, em Foz do Iguaçu, comecei a entender o que era a diferença e ver pares e me identificar com essas pessoas, mas sempre notando uma resistência por parte do grupo escolar: colegas, alguns professores que insistiam em me excluir e quando não, me humilhar com os mesmos adjetivos que recebia dos estudantes durante o Ensino Fundamental.

Inclusive me recordo que ao decidir o título de meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), uma professora, de forma velada, me aconselhou a não escrever sobre transexuais no ambiente escolar, pois isso poderia acarretar problemas no meu futuro profissional como professora. De certa forma, percebi em sua fala o preconceito, porque travesti supostamente não foi “criada” para frequentar locais públicos ou escolares.

No ano de dois mil e doze iniciei a faculdade de História, que não concluí, mas teve grande importância no meu reconhecimento como homossexual, até porque na época não se falava em transexualidade, era um termo desconhecido ou não usado de forma comum no nosso dia a dia. Recordo que tínhamos a matéria de Antropologia e o professor que ministrava essa matéria nos instigava muito sobre o

papel do ser humano neste mundo, através dos textos trabalhados e com nossas dúvidas mediante a nossa existência.

Até então eu me declarava homossexual, mesmo me sentindo uma mulher, mas com a ajuda deste professor e através das falas, durante suas aulas, descobri o significado da transexualidade, o que me levou a ver, aceitar e entender minha sexualidade. E foi um dia que, ele vendo minha angústia, me chamou pra uma conversa e eu me abri para ele e o mesmo me aconselhou a enfrentar meus demônios.

Nesta época eu já era professor - antes da minha transição para o sexo feminino – eu ministrava aulas em uma escola de educação especial, APAE, contratado naquele momento pela instituição, não concursado ainda, porém me dava uma certa estabilidade e não correria o risco de estar desamparada caso não aceitassem minha condição e isso foi feito.

Aos 21 anos de idade contei para minha mãe como me sentia e nesse momento o mundo para ela desabou, 6 meses sem me dirigir a palavra. Meu pai, por sua vez, não tomou com muito agrado, mas disse que eu sempre seria seu filho desde que não envergonhasse a casa deles. Detalhe, a casa na qual morávamos era alugada em meu nome e eu quem pagava o aluguel, ou seja, eu era a provedora do lar onde eles moravam.

Ao me assumir para minha família comecei a me relacionar com pessoas LGBTQIA+ e foi quando vi a primeira travesti da minha vida e neste momento entendi que era aquilo que eu era: uma mulher que nasceu em um corpo diferente e que não queria mais ser o menino que a sociedade me obrigava a ser.

Com o passar do tempo e aproximação com as mulheres travestis, me tornei amiga de Joana<sup>2</sup> e disse que queria ser como ela e neste momento ela me disse que, a partir desse momento não me chamaria mais Antônio<sup>3</sup> e que meu nome seria Antonella e me ensinou quais os primeiros hormônios deveria tomar para iniciar minha transição para o tão sonhado e almejado corpo de uma mulher.

Mas sabendo de toda a dificuldade que enfrentaria decidi não continuar mais morando no Brasil, resolvendo neste momento abandonar tudo: trabalho no salão de beleza no qual trabalhava com minha mãe e também meu trabalho neste momento

---

<sup>2</sup> Nome fictício de uma amiga que não quer ser revelada.

<sup>3</sup> Nome de batismo ou nome ao nascimento é o nome que um indivíduo recebe de seus pais ao nascer, seguindo uma norma social universal.

como professor na APAE.

Aproveitei que alguns amigos estavam rumo à Espanha, embarquei nessa aventura e fui para lá também. Morei na Espanha por nove anos e entendi o porquê muitas travestis migram para lá buscando respeito e dignidade, mas sentia que não era aquela vida que queria para mim - uma vida de prostituição e festas - eu queria mais, pois ainda acreditava que poderia mudar minha história.

Retornei ao Brasil depois de nove longos anos e voltei a trabalhar somente como cabeleireira, até porque neste momento ainda não era concursada no município de Foz do Iguaçu. Meu pai e minha mãe sempre me incentivando a retomar meus estudos, mas eu tinha receio de voltar para o ambiente escolar sendo travesti.

Após um tempo, me encorajei e iniciei meus estudos novamente, agora no curso de Pedagogia (2012), e comecei a observar que o espaço escolar não tinha espaço para mulheres como eu. Ou seja, travesti não pode frequentar o espaço escolar como aluna e, futuramente vou descobrir que, tão pouco como docente e isso muito me intrigava pelo fato de continuarmos sendo segregadas e excluídas de um ambiente que também é nosso por direito.

Por incrível que pareça, reencontrei aquele professor da faculdade de História, e ele me ajudou a desconstruir toda uma barreira de preconceito nesta faculdade e comentei com ele que gostaria de escrever um TCC justamente falando sobre a exclusão de pessoas transexuais do ambiente escolar.

Neste meio tempo conheci Samira Padilha<sup>4</sup> e iniciamos a construção de um projeto de criação de uma ONG que hoje se chama Casa de Malhú, uma associação de travestis e transexuais de nossa cidade, responsável em atender travestis e transexuais em condição de vulnerabilidade.

Com a Criação da ONG e também de meu retorno a faculdade, observei que a grande maioria das travestis não tinham formação escolar e isso muito me intrigou e me levou a pesquisar o porquê dessas mulheres não frequentarem escola.

Em conversa com outras travestis comecei a perguntar o porquê de as mesmas não frequentarem a escola e a resposta sempre era a mesma, medo do preconceito, da falta de respeito com o uso do nome social, medo das chacotas e humilhações que muitas sentiram na pele durante sua trajetória escolar.

---

<sup>4</sup> Samira Padilha, entrevistada, mulher travesti, primeira presidente da ONG Casa de Malhú de Foz do Iguaçu. Autorizou a utilizar seu nome em todo texto.

Infelizmente o ambiente escolar não é o mais agradável de todos, principalmente quando envolve uma mulher transgênero, pois costuma ser o mais desagradável possível seja no ensino fundamental, médio ou universitário até porque discentes e docentes preconceituosos sempre estão dispostos a negar nosso direito de fala e de existência dificultando assim a permanência de mulheres travestis no espaço escolar.

Mas retomando um pouco de minha história, me recordo que com o apoio do professor escrevi meu TCC do qual ele foi meu orientador e que tinha como tema evasão escolar de travestis e transexuais. Durante esse estudo pude levantar dados de travestis a nível nacional e internacional por meio de entrevistas e os motivos delas abandonaram a escola.

Tudo isso para mostrar que sigo pesquisando sobre o tema, e mais recentemente no mestrado, continuo com vontade e determinação em mostrar as dificuldades da permanência de mulheres travestis no ambiente escolar e de como isso influencia em nossas vidas na sociedade na qual vivemos.

Sendo assim, se faz necessário abordar o tema e demonstrar como minha vida e de outras travestis foi e é impactada por essa exclusão escolar e de como sempre retornava aos mesmos temas - o preconceito, o medo, a falta de apoio familiar - situações que excluem esse grupo do meio social, obrigando as mesmas a viver em guetos sempre esperando humilhações por não se enquadrar em uma sociedade sexista, heteronormativa e machista.

Observei que a falta de oportunidade de ter acesso a uma escolarização completa, até os dias de hoje, é uma luta de nossa comunidade para ter acesso ao mercado de trabalho qualificado, mas como não temos formação e nem condições de estar no ambiente escolar, infelizmente ainda só resta a prostituição como meio de sobrevivência e é por esse motivo que luto tanto para que minhas irmãs travestis possam ter o mesmo direito que qualquer cidadão brasileiro ao trabalho, saúde e principalmente dignidade. É importante observar que isso é um fato que acontece de forma cotidiana com mulheres trans do que com pessoas heteronormativas.

Quando falamos de militância precisamos entender o porquê é importante este trabalho e de como pode mudar a vida das travestis, oportunizar uma vaga escolar com respeito ao nome social que já é previsto por lei<sup>5</sup> e pela LDB<sup>6</sup> é dar a

---

<sup>5</sup> Decreto nº 8.727, de 28 de abril de 2016, dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal

chance de mudar histórias e principalmente vidas; assim como uma formação adequada aos docentes das instituições escolares para estarem preparados e aptos a atender essa comunidade tão discriminada, trabalhar com os demais alunos das escola as diferenças para assim aceitarem com mais naturalidade as pessoas trans e porque não citar pessoas com deficiência que passam pelos mesmos preconceitos, criando assim uma escola inclusiva para todos.

Até os dias de hoje o mercado de trabalho para uma mulher trans é difícil pelo fato de não nos enquadrarmos ao que a sociedade julga correto, nossas imagens construídas por intervenção cirúrgica ainda choca a sociedade, não se é comum ver travestis no ambiente escolar.

Devido a expulsão de casa, muitas mulheres trans são levadas ao mundo da prostituição e com isso ficam impedidas de frequentar a escola, fomentando o preconceito com elas. Quando resolvem adentrar no ambiente escolar encontram rejeição ou por colegas de classe ou por alguns professores que insistem em difundir preconceito e seus achismos desrespeitando o ser o humano como um ser em construção do conhecimento. Esses preconceitos podem vir de forma velada como o desrespeito do uso do nome social, uso do banheiro.

Estamos cansadas de obter “êxitos” sociais através de luta e brigas, direitos esses que não são negados a pessoas heteronormativas, quando adentramos no mundo do trabalho é de uma forma impositiva como concurso ou por meio judicial, ou nos contentamos com subempregos e trabalhos que são aceitos e bem vistos para as pessoas LGBTQIA+ como cabeleireiros, cozinheiras, prostitutas, etc.

Quando passei no concurso em Foz do Iguaçu, antes mesmo de terminar a graduação, tive a certeza que estava no caminho certo e que ser a primeira travesti concursada nesta cidade não era motivo de orgulho e sim de tristeza, pois mais uma vez nossos direitos eram negados simplesmente pelo fato de uma travesti conseguir trabalho de uma forma impositiva – ou seja, só via concurso público e não por meio de entrevistas ou em contrato de trabalho - e volto a frisar de como nossa imagem corporal impossibilita essas contratações em empregos formais, pois nossos corpos ferem o olhar dessa cultura heteronormativa, cisgênero, cristã, ocidental.

Mais uma vez vejo a frustração em minha vida ao ver que tudo o que construí

---

direta, autárquica e fundacional.

<sup>6</sup> Em novembro de 2017, o Conselho Nacional de Educação expediu o Parecer nº 14/2017, que culminou com a elaboração de um projeto de Resolução que "Define o uso do nome social de travestis e transexuais nos registros escolares".

por 4 anos na faculdade não valia de nada, pois minha sexualidade sempre vinha a frente, sem respeitar o que estudei e me formei para atuar como professora na Educação Infantil, sendo desrespeitada no ambiente de trabalho que também é um local de construção de conhecimento e que, por sua vez, deveria ser libertador se tornou uma prisão e local de propagação de preconceito.

Sabemos que a prostituição no meio trans se tornou uma prática pelo fato de não conseguirmos trabalhos formais e sempre tem a ver com o preconceito e a rejeição social, nem sempre é o que desejamos, mas como forma de ganhar dinheiro rápido para alcançar objetivos como transformação corporal acaba sendo o caminho mais rápido e fácil, tendo em vista que a rua não rejeita ninguém e aceita toda a diversidade para tal transformação.

## 1 INTRODUÇÃO

Esta dissertação de Mestrado, elaborada para a obtenção do Título de Mestra em Estudos Latino-Americanos pelo Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos Latino-Americanos da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), intitulada “Os Corpos Das Mulheres Travestis e a sua Exclusão no Processo Educacional”, tem como finalidade compreender, a partir de uma autoetnografia, o processo que permeia as práticas cotidianas escolares que de alguma forma contribuem para exclusão das mulheres trans palavras utilizadas para me referir s pessoas transgêneros.

Este trabalho utiliza um método de pesquisa incomum, ainda que com a mesma validade dos outros. O uso da memória, das experiências de vida e da subjetividade do autor como fonte de pesquisa, tem como objetivo descrever um retrato da vida de um homem afeminado e as situações de discriminação que passou ao longo de sua vida pessoal e profissional.

Autores relacionados ao tema criaram a base teórica deste trabalho e, com isso, almeja-se legitimar as mulheres trans e representá-las através das vivências da mestranda, isso por meio da autoetnografia e a captação de relatos de uma entrevistada.

O presente trabalho está estruturado da seguinte maneira: primeiramente com apresentação, em que me apresento aos leitores e leitoras dessa dissertação, como o intuito de mostrar-me e assim fazer um paralelo com a entrevista feita e posteriormente analisada, em seguida está a introdução, em que faço essa pequena iniciação ao meu tema de pesquisa. Na sequência, um capítulo exclusivo para a “Metodologia”, posteriormente no capítulo "Minha história, nossa trajetória" narro mais detalhadamente fatos importantes da minha vida em relação ao tema dessa dissertação. Depois disso, vem o capítulo "Gênero e Corpos" para que eu possa trazer alguns autores e autoras para contribuir com o diálogo sobre gênero. No encadeamento, apresento o capítulo "Entrevista" em que discorro mais especificamente sobre a vida de uma mulher travesti como eu. O trabalho é

finalizado com as considerações finais com foco nas conclusões da pesquisa e com as apresentações das referências bibliográficas.

Por fim, espero, após toda a dedicação para compreender esse tema que me é tão caro, e com o compartilhamento das histórias pessoais da pesquisadora, que os leitores e as leitoras se juntem a mim nessa luta pela quebra de estereótipos e preconceitos, em busca da construção de um mundo mais inclusivo.

## 2 METODOLOGIA

Este trabalho se baseia na autoetnografia, uma pesquisa utilizada em várias partes do mundo, de forte fundamentação por alguns autores que abordam a importância dessas pesquisas, por serem relatadas as experiências de autores-pesquisadores.

A autoetnografia foi introduzida por Karl Haider (1975) para descrever estudos de determinados grupos relatando seus fatores culturais e experiências vividas por pessoas expondo sua história. Apesar de não ser muito comum, é uma prática usada por estudantes baseando-se em seus relatos pessoais para assim descrever uma situação, seja ela cultural ou social.

A prática da autoetnografia foi usada com frequência nos anos de 1980, e aos poucos, o aumento dessa metodologia tem aberto um campo novo de pesquisa para corroborar e fortalecer que a vivência de pessoas relatando suas próprias vidas pode se tornar um campo de investigação e também fonte de informações para novos pesquisadores.

Autoetnografia nada mais é que contar nosso convívio social baseado em nossa história, como diz o autor escolhido para fundamentar essa tese. De acordo com Ellis e Adams (2015), o termo autoetnografia foi empregado por Karl Hilder (1975) para descrever estudos nos quais os membros de uma determinada cultura fornecem seus próprios relatos sobre a cultura. Ainda segundo Ellis e Adams, o antropólogo David Hayano (1979) adotou o termo para descrever antropólogos que conduzem e escrevem etnografia sobre seus próprios povos.

Pretendo aqui demonstrar através das experiências de vida de Samira e da minha própria vida – relatada na apresentação, como a instituição escolar é um local excludente para mulheres travestis e que para conquistar uma vida digna e cidadã deve haver muita luta e também dedicação no caminho da educação, apesar da instituição e de seus integrantes não favorecerem nossa formação.

A autora Célia Elisa Alves de Magalhães (2018) em seu artigo “Autoetnografia em contexto pedagógico: entrevista e reunião como lócus de investigação”<sup>7</sup> esclarece como a vivência pessoal das pessoas serve como base de pesquisa e

---

<sup>7</sup> Artigo publicado na revista Veredas v. 22 n. 1 (2018): Autoetnografia em Estudos da Linguagem e áreas interdisciplinares. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/veredas/issue/view/1360>. Acesso em: 25 de agosto de 2023.

como pode influenciar diretamente em pesquisas que muitas vezes se fazem necessária para dar voz a pessoas que não encontraram em pesquisas publicadas o suficiente para fundamentar lutas e embasar pesquisas que são negadas socialmente.

Ellis, Adams e Bochner citadas por Magalhães (2018) entendem a autoetnografia como uma forma de pesquisa que busca descrever e analisar a experiência pessoal a fim de compreender a experiência cultural. Sendo assim, eles definem a pesquisa autoetnográfica como a escrita de histórias que conectam o autobiográfico e o pessoal ao cultural, social e político.

A autoetnografia é muito importante em algumas pesquisas para demonstrar que a própria vivência influencia diretamente a vida das pessoas e esse tipo de pesquisa pode ajudar a entender como outros se sentem e como pensam diferentes dos demais. As pessoas de nossa sociedade, a influência pessoal e nossa própria experiência só fortalece a fundamentação dessa dissertação que será escrita também na primeira pessoa, narrando minha vida, que passou por muitas mudanças ao descobrir a educação como mecanismo de libertação do mundo ao qual que era refém (prostituição).

Ellis, Adams e Bochner (2011) explicam como a influência da experiência pessoal e de como o pesquisador decidirá o que, quem e como pesquisar algumas decisões são necessárias para que se tenha valor e critérios para embasar a pesquisa. Nesse sentido, as escolhas feitas por mim passam pelo tema educacional e como viés analítico, utilizei a análise de conteúdo para poder definir melhor os conceitos-chave apresentados.

A autoetnografia foi escolhida como possibilidade da pesquisa qualitativa porque sua abordagem reconhece e acomoda a subjetividade e as vivências da própria pesquisadora na pesquisa.

Segundo Ellis, Adams e Bochner (2011, p 01), a autoetnografia é “tanto um processo quanto um produto”. Os pesquisadores que utilizam a autoetnografia querem se concentrar em maneiras de produzir pesquisas significativas, acessíveis e evocativas, fundamentadas nas experiências pessoais, de modo a sensibilizar os leitores para questões de políticas de identidade e para formas de representação que aprofundassem nossa capacidade de empatia com a diversidade dos sujeitos (ELLIS; ADAMS; BOCHNER, 2011).

Baseada nesses autores, me sinto confortável de falar de minha vida e de

como pude mudar uma vida envolvida na prostituição na Europa para uma vida de professora concursada em Foz do Iguaçu, interior do Paraná, Brasil e demonstrar que tudo é possível quando queremos mudar de vida com apoio e ajuda familiar e escolar.

E sim! Essa pesquisa não é de superação pessoal, mas de como a escola pode transformar nossas vidas, mas para que isso ocorra é necessária uma inclusão social e no ambiente escolar para que travestis possam ter uma formação necessária para superar suas dificuldades e adentrar ao mercado de trabalho esquecendo as questões corporais impostas por pessoas que rejeitam travestis.

Sabemos que ainda questões corporais acabam influenciando muito na visão de pessoas cis<sup>8</sup> que insistem em deixar nossos corpos construídos em nos excluir do processo de ensino-aprendizagem vetando nosso espaço na sociedade.

Leticia Nascimento (2021) aborda o tema de como nossos corpos influenciam em uma existência que não é aceita na heteronormatividade dificultando nossa permanência em espaços sociais.

Como mulheres transexuais e travestis, os deslocamentos das outreridades se movem de modo a produzir a vulnerabilização de nossa existência. Nossas outreridades estão além: somos, de certa maneira, o Outro do Outro, uma imagem distante daquilo que é determinado normativamente na sociedade como homem e mulher (NASCIMENTO, 2021, p. 52).

A formação acadêmica é muito importante nessa mudança e quando se entender que travesti é um ser humano como qualquer pessoa poderá reescrever essa história. Por isso, vejo como a educação é um portal para que “nossas outreridades”, como afirma Nascimento (2021) não se tornem tão distantes “do Outro”.

Como dito anteriormente usar minha história como parâmetro não seria o ideal tendo em vista que pode colocar minha dissertação em xeque justamente por eu ter vencido mesmo dentro de minhas lutas o preconceito social. Sim! Lutei, porém, não como outras travestis que perante a tanta perseguição desistiram do caminho escolar. No meu caso, quanto mais me perseguiam, mais desejo eu tinha de concluir meus estudos para ter a oportunidade de construir uma nova vida, diferente da que eu estava acostumada a levar e justamente por isso.

---

<sup>8</sup> Cis é a abreviação de cisgênero. O termo “cisgênero” é usado para definir pessoas que se identificam com o gênero que é designado quando nasceram, o qual é associado socialmente ao sexo biológico. Em outras palavras, são pessoas nascidas com pênis que se identificam como homens e pessoas nascidas com vagina que se identificam como mulheres.

Ellis; Adams; Bochner (2011) corroboram com minha fala quando afirmam que assumimos uma responsabilidade muito grande em falar pelos outros fundamentando nossas vidas como base de pesquisa.

Ao entrevistar outra mulher travesti pude comparar sua história com a minha vivência e suas necessidades como mulher travesti no ambiente escolar, passando por discriminação e perseguição; tanto por colegas, quanto pelo corpo docente que justamente por não conhecer ou até mesmo não dominar o tema transexualidade deixava de atender suas alunas com excelência em formação acadêmica.

E isso é notório por todo caminho escolar de uma mulher travesti que ao se impor e permanecer dentro da escola não encontra o acolhimento necessário para seguir em frente. E justamente por essa falta de acolhida desiste de estar ali e acaba encontrando entre seus pares, seja na rua ou em outros locais de prostituição, tudo aquilo que a escola não ofereceu.

E o mais preocupante é que a falta de formação e informação para essas travestis acaba sendo difundido no próprio meio, afirmando que é melhor ganhar a vida utilizando o corpo do que usar o conhecimento a seu favor para conseguir um trabalho formal. Trabalho formal até porque a prostituição não deixa de ser um trabalho, porém uma ocupação limitada que chegando a velhice não terá valor, por mais bonita e feminina que uma seja. A Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra)<sup>9</sup> estima que, no Brasil, 90% das mulheres trans recorram à prostituição para sobreviver.

E isso é alarmante já que essas mesmas travestis que abandonaram a escola acabam não estimulando as mais jovens para que procurem na educação a oportunidade de uma construção social e igual para todos, fortalecendo assim o vínculo com a informalidade e a prostituição. E culpa delas? Não! Mas são vítimas de um sistema truculento que acaba com sonhos e porque não dizer por vidas.

Nascimento (2021), mulher travesti, negra e gorda, como ela mesma se denomina na apresentação do seu livro “Transfeminismo: feminismos plurais”, ao se recusar a suposta verdade biológica imposta pelo “CIStema, sexo–gênero–desejo” Leticia Nascimento se defini dentro do universo de corpos trans, entra no lugar de precarização de sua existência exatamente por ocupar um não lugar em relação ao gênero normativo.

---

<sup>9</sup> Disponível em: <https://antrabrasil.org/>. Acesso em: 24/08/2023.

Nascimento (2021) também chama as mulheres trans de “outsiders” nesse CISTema sexo-gênero-desejo, pela dificuldade do próprio reconhecimento enquanto seres humanos.

Vieira (2018), transfeminista, retoma o assunto e questiona “o que é ser mulher?” e assinala que a “desnaturalização da identidade da mulher resultou, portanto, na denúncia da multiplicidade das experiências resultantes no que socialmente se chama mulher” (VIEIRA, 2018, p. 354).

E pensando em como responder o que é ser mulher trans, retomo Nascimento (2021) que diz que:

Firmar mulheres trans, travestis, transexuais e transgêneras dentro do feminismo não é dispersão, tampouco divisão, mas reconhecer como o conceito de gênero que propõe a diversidade de performances e experiências femininas ou estabelece negociações culturais estratégicas e de representação política (NASCIMENTO, 2021, p. 25).

E mais uma vez voltamos a situação já trazida em todo este trabalho sobre o que é ser mulher travesti e me apoio em Vieira (2018, p. 346) que apela para a necessidade de discutirmos questões como “representatividade, visibilidade, e inserção de pessoas trans nos mais diversos espaços, além de associar diversos estigmas sociais”.

Pensando nisso, trazer minhas vivências por meio da autoetnografia, atrelada a pesquisa por meio de entrevistas com uma mulher travesti como eu, pode contribuir para aumentar a representatividade de mulheres travestis no contexto escolar, podendo dar maior visibilidade a elas e incentivo para que estejam cada vez mais dentro da escola e dos espaços de saber.

### 3 MINHA HISTÓRIA, NOSSAS TRAJETÓRIAS<sup>10</sup>

Em aspectos definidos por uma sociedade machista, preconceituosa e impostos de um grupo social heteronormativo, ou seja, a normalidade é ser heterossexual e que devido a formação machista, cristã que recebemos desde nossa infância, para abordarmos questões que envolvem mulheres travestis e transexuais se faz necessário entender algumas nomenclaturas para compreender, posteriormente, como a falta de oportunidades de trabalho, acesso à escola, morte prematura, dentre tantos outros direitos negados por uma sociedade que prefere nos ver as escondidas do que em evidências no cotidiano das pessoas.

De acordo com Jesus e Alves (2012), sexo biológico é a classificação biológica das pessoas como machos ou fêmeas, baseada em características orgânicas como cromossomos, níveis hormonais, órgãos reprodutivos e genitais. Sendo assim, “a categoria sexo não se configura como uma dualidade simples e fixa entre indivíduos deste e daquele sexo, mas sim, como contínuo complexo de características sexuais. (JESUS, ALVES, 2012, p. 24).

Bezerra (2017) afirma que identidade de gênero diz respeito à experiência interna e individual do gênero, profundamente sentida por cada pessoa, que pode ou não corresponder ao sexo atribuído no nascimento, incluindo o senso pessoal do corpo, que pode envolver modificação da aparência ou funções corporais.

Já o termo orientação sexual se caracteriza pela capacidade de cada pessoa de experimentar uma profunda atração emocional, afetiva ou sexual por indivíduos de gênero diferente, igual ou de mais de um gênero (Bezerra, 2017). Isto é, se você gosta de pessoas do mesmo gênero que você, automaticamente, é enquadrado como homossexual. Se você gosta de pessoas do gênero oposto ao seu, se enquadra como heterossexual. Além dos bissexuais – gostam de pessoas dos dois gêneros – e os assexuais – pessoas que não sentem atração sexual por nenhum gênero.

De acordo com Valentim (2020, p. 33), “a sigla LGBTQIA+ representa a união das orientações sexuais e identidade de gênero que não correspondem a heteronormatividade e ao binarismo de gênero”.

---

<sup>10</sup>Este trabalho será escrito em 1ª pessoa, pois acredito, enquanto travesti, estou diretamente implicada nessa pesquisa. E que, acredito que não há pesquisa neutra, tal como diz Lacey (1999). LACEY, H. Is science value free?: values and scientific understanding Londres e Nova York: Routledge, 1999.

No entanto, antes dessa nomenclatura inclusiva, a sigla percorreu uma longa trajetória, conforme explica Bortoletto:

Ela nasceu primordialmente representada pela sigla gls, que incluía unicamente os gays, as lésbicas e simpatizantes, uma sigla a essa altura com grande foco no comercial. Com a revelação de outras homossexualidades que ainda se mostravam distintas daquelas que eram representadas, novas siglas foram nascendo, novos termos e novos conceitos. Foi no ano de 2005, no XII Encontro Brasileiro de gays, lésbicas e transgêneros, que a letra “b”, de bissexuais, passou a fazer parte oficialmente da sigla, tal como foi onde ocorreu a conciliação de que a letra “t” passaria a referir igualmente aos indivíduos travestis, transexuais, e transgêneros dentro da comunidade (BORTOLETTO, 2019, p. 10).

Mas afinal, qual o significado de cada letra que denomina os membros dessa comunidade? Segundo Gonzalez (2021), a sigla LGBTQIA+ reúne orientações sexuais (ou seja, por quem cada pessoa se sente sexual e afetivamente atraída) e identidades de gênero (como a pessoa se identifica):

L = lésbicas: se trata de uma orientação sexual relacionada às mulheres (cisgênero ou transgênero) que sentem atração afetiva/sexual por outras mulheres (cisgênero ou transgênero);

G = gays: se trata de uma orientação sexual relacionada aos homens (cisgênero ou transgênero) que sentem atração afetiva/sexual por outros homens (cisgênero ou transgênero);

B = bissexuais: se trata de pessoas que sentem atração afetiva/sexual tanto por mulheres quanto por homens, aliás, mulheres e homens transgêneros também podem ser bissexuais;

T = a sigla T acolhe identidades de gênero dentro do amplo espectro de diversidade. Nessa letra estão incluídos transgêneros, as pessoas transexuais e travestis: aquelas que se identificam com um gênero diferente do que foi designado no nascimento.

Q = queer: este é um termo em inglês, que na tradução literal significa “estranho”. Isso é usado para denominar pessoas que não se identificam totalmente como homem nem como mulher, mas um terceiro gênero, sendo este fluido/andrógino com características de homem e mulher, logo, a pessoa queer não classifica sua orientação sexual nem como hetero bem como homossexual.

I = intersexo: essa sigla identifica pessoas que nascem com genitais que correspondem a um sexo, mas tem o sistema reprodutivo e os hormônios do outro. também descreve pessoas que apresentam a anatomia sexual que não é

classificada nem como feminino, nem como masculino, submetendo-as a uma cirurgia de redesignação sexual. por anos, essas pessoas foram denominadas – de forma errônea – como hermafroditas, termo socialmente proibido.

A = assexuais: refere-se a pessoas que não sentem atração sexual por nenhum dos sexos (masculino e feminino), ou seja, não desenvolvem sentimentos afetivos e ou amorosos por outras pessoas.

+ = demais orientações sexuais e identidades de gênero: a sigla ganha um símbolo de soma no final, como uma tentativa de incluir demais variações de orientação sexual e identidade de gênero que não estão representadas nas primeiras letras. como por exemplo, pansexuais: pansexualidade: é uma orientação sexual que rejeita a noção de dois gêneros, o que significa que podem desenvolver atração física, amor e desejo sexual por outras pessoas independentemente de sua identidade de gênero ou sexo biológico.

Importante reforçar que todas as vezes que fazemos tentativas de encaixar, enquadrar e resumir identidades, corremos o risco de ser injustos. A gente vai agregando ao longo da história, mas não consegue abarcar todas as subjetividades.

Dessa maneira, podemos perceber que somos muitas pessoas diferentes - cisgêneros, heterossexuais, homossexuais, bissexuais, lésbicas, etc.; mas ser transexual traz uma desvantagem em relação aos demais, pois nossos corpos negados e marginalizados por romper paradigmas por sermos transsexuais rompemos barreira e não oferecem respeito perante aos demais.

E seguindo essa problemática, apresentarei através deste trabalho que foi realizado baseando-se na vivência de duas mulheres travestis e uma entrevista com uma secretária de educação para abordar a inexistência de nós, travestis, no ambiente escolar, a falta de políticas públicas e acolhedoras nas unidades escolares e as desvantagens de toda essa militância e lutas diárias que enfrentamos no meio social que expulsa essas mesmas mulheres do ambiente escolar privando todo um coletivo de uma vida pela falta de formação escolar e acadêmica para um futuro melhor.

Quando tratamos sobre gênero costuma-se impor à vontade heteronormativa do macho e fêmea, desrespeitando a essência do ser humano, isto é, pensasse automaticamente que todos são só machos ou só fêmeas biologicamente e na sua identidade. Há muito tempo vemos e ouvimos falar em identidade de gênero, “ideologia” de gênero, “escolha” sexual entre outros aspectos que envolvem a

comunidade LGBTQIA+, desrespeitando sua existência e o direito de viver em sociedade principalmente na sociedade brasileira que insiste em rejeitar pessoas que supostamente não se enquadram a uma família ocidental e cristã.

A rejeição é tanta que, segundo dados da ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais)<sup>11</sup>, exatamente no mesmo momento que em 2022 o Brasil segue pelo 14º ano consecutivo como líder mundial de assassinatos trans, o país também permanece no topo do ranking dos países que mais consome pornografia trans.

Segundo Lorena Tavares (2022) a homossexualidade masculina é um tema significativo nas ciências sociais brasileiras desde o final da década de 1970, enquanto os estudos sobre as demais identidades que compõem o coletivo LGBTQIA+ como as identidades lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais, são mais recentes.

Os estudos sobre mulheres lésbicas começam a surgir na virada dos anos de 1980 para 1990, enquanto as pesquisas sobre transexualidades e travestilidades emergem na virada do milênio e começaram a crescer nos anos 2000. Com isso é dado início a visibilização das pessoas travestis que até então eram caladas e não tinham voz social.

Mas não é uma batalha vencida ainda devido ao preconceito que até então era velado e com essa conjuntura política pela qual passamos, na era bolsonarista, que mesmo que atualmente estejamos em um novo governo com visão totalmente diferente ao governo passado, ainda alguns persistem em manter uma postura discriminatória e preconceituosa. Acredito que agora com esse novo governo voltaremos a ter respeito e iremos conquistar o mínimo de direitos necessários para nossa vivência social.

Freitas (2022), por sua vez, traz luz em sua fala ao escrever sobre identidade de gênero levantando dados sobre a fragilidade de mulheres lésbicas que também não tem uma evidência em sua existência e; com isso, isso podemos fazer um paralelo para mulheres trans que ainda fazem parte de um grupo que não tem visibilidade e seguem sendo objetos de pesquisa fazendo parte de um grupo segregado.

A heterossexualidade ainda é vista como natural e tudo que não se encaixa

---

<sup>11</sup> Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2023/01/dossieantra2023.pdf>. Acesso em: 24/08/2023.

nestes padrões supostamente não é certo e tão pouco tem valor levando à violência e à rejeição social.

Teóricos e teóricas feministas e pós-estruturalistas, como Michel Foucault e Judith Butler, mostram como as identidades sexuais e de gênero nas sociedades modernas ocidentais são construídas e fixadas por padrões de poder que se fundamentam na definição da heterossexualidade como norma. Tais autores e autoras promovem uma crítica ao suposto caráter “natural”, fixo e imutável das identidades sexuais e de gênero, buscando analisar de que forma elas são fixadas pelos mecanismos de poder. O conceito de heterossexualidade compulsória relaciona a ordem social com uma ordem sexual, tal como aponta Foucault (1993) a partir do conceito de dispositivo da sexualidade; a heterossexualidade compulsória é um padrão normativo que, ancorado e reproduzido por instituições, expressa expectativas e demandas sociais fundadas nas relações heterossexuais enquanto as únicas reconhecidas como “naturais” e legítimas. Ela define a normalidade dos corpos e dos sujeitos a partir do grau de coerência que estes mantêm entre Sexo gênero-prática sexual-desejo. Quanto maior o rompimento com essa cadeia, maior a possibilidade de rejeição e violência da sociedade contra esses sujeitos (BUTLER, 2006; 2010 apud FREITAS 2022).

Dessa forma, podemos perceber que a heterossexualidade ainda é uma diretriz principal, de uma chamada normalidade, desmerecendo e desvalorizando os demais gêneros e orientação sexual; e suas lutas por existência e respeito; tendo em vista que gênero não se discute pelo fato de nascermos assim, ninguém escolhe ser trans, é uma condição do nascimento, se pudéssemos escolher com toda certeza do mundo não iríamos querer ser desta forma pelo preconceito vivido diariamente nesta sociedade que nos oprime diariamente.

Nós, mulheres travestis, existimos e queremos um lugar ao sol, ou seja, queremos o direito à educação e estar presente no ambiente escolar para um futuro promissor como qualquer pessoa cis.

A comunidade LGBTQIA+ sempre está envolvida em discussões sobre a questão sexual e de gênero ser supostamente uma escolha e não uma condição do nascimento, desrespeitando assim nossos direitos de existência, sempre nos colocando como uma aberração da natureza, que vamos contra aos princípios que “deus” criou.

Tristemente isso prejudica muito nossa vivência em sociedade e tende a anular, de uma forma agressiva, nossas existências, principalmente quando está relacionado à mulheres transexuais e travestis devido as mudanças corporais pelas quais passamos para construir corpos que sempre que sempre desejamos ter.

Chama-me muito a atenção de como, desde a ditadura militar no período de

1964 a 1985, o travesti era apenas visto como um homem desvirtuado, que se vestia de mulher, que poderia apresentar algum distúrbio mental ou simplesmente uma pessoa vagabunda, que usava roupas de mulheres para a prática do(homossexualismo) e prostituição.

E para ressaltar isso, Tavares (2018, p. 31) traz a questão da lei da vadiagem com um contraponto para encontrar uma forma de castigar as travestis que passam a ser perseguidas por policiais principalmente após a epidemia do HIV que ocorreu na década de 1980 e todas que se dedicavam a prostituição deveriam de alguma forma ser castigadas, para que pudessem ter um “conserto” pelo fato de não seguirem o que o mundo heteronormativo afirmar ser “certo e honesto”.

Na polícia, por exemplo, havia nas fichas “alegações de homossexual” como acusação de pessoas. A Mídia também, principalmente os jornais como analisaremos mais à frente, alegam um clima de caça às travestis. Em um momento em que não são necessárias provas para haver prisões, nota-se o abuso claro dos militares para com essas pessoas. Há relatos de travestis nos quais é possível notar a presença da violência e perseguição. Agentes patrulhavam as ruas em busca dos que eles chamavam de “vadios”, termo que era dado as pessoas sem trabalho fixo, ao qual as travestis eram associadas (TAVARES, 2018, p. 31).

Após toda essa caça as “bruxas” que ocorreu durante a ditadura militar, outro problema que enfrentamos foi em relação a nossa saúde mental e novamente começamos a travar uma batalha contra a área da psicologia que insistia em afirmar que somos pessoas doentes e necessitamos de uma “cura” de uma doença que nunca existiu.

Durante muitos anos, o Conselho Federal de Psicologia nos colocava como pessoas doentes. Atualmente este conselho de ética salienta que não se trate como patologia, ou seja, não é mais um “ismo” e sim faz parte da identidade ser ou não homossexual. Mas vemos até os dias de hoje que alguns profissionais querem tratar e buscar “cura” para mulheres travestis que não se enquadra segundo eles aos padrões da “normalidade”. Cabe salientar que estar “cura” também é oferecida por algumas igrejas e pastores, nos afastando cada vez mais de setores que poderiam acalantar nossas almas e acolher nossos lamentos.

Gaspodini e Jesus (2020), no artigo “Heterocentrismo e Ciscentrismo: Crenças de Superioridade sobre Orientação Sexual, Sexo e Gênero”<sup>12</sup>, afirmam que até março de 2020, mais de 366 mil psicólogas/os realizavam suas práticas de

<sup>12</sup> Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/FDMQDKmPt6zHm9RVRdYS35w/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 29/08/2023.

promoção de saúde nos mais diversos contextos de atuação no Brasil (Conselho Federal de Psicologia, 2020). Pelo que o próprio conselho afirma, assume-se que todas/os esses profissionais baseiam seu trabalho nos princípios de seu código de ética, entre os quais, está estabelecido que a/o psicóloga/o colaborará para a abolição de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

No entanto, alguns estudos apontados por Gaspodini e Jesus (2020) mostram que atitudes negativas de profissionais da Psicologia frente à diversidade sexual e de gênero implicam na realização de práticas patologizantes no país, embora perceba-se já uma discreta mudança de postura por parte desses profissionais.

Mas para falarmos realmente o que é ser travesti precisamos trazer o conceito que envolve essa palavra tão forte.

Segundo site “Dicionário Online de Português” (DICIO, 2023)<sup>13</sup>, travesti é um substantivo feminino que significa pessoa que não se identifica com o gênero que lhe foi atribuído ao nascimento, sendo sua expressão de gênero diferente daquela designada pela sua genitália. O site também mostra a etimologia (origem da palavra), que neste caso é travesti, deriva do francês “*travesti*”, que significa pessoa que se disfarça.

O site “Dicionário Priberam online de Português” (PRIBARAM, 2023)<sup>14</sup> apresenta o significado para travestismo “Hábito de adotar o vestuário, os hábitos sociais e comportamentos usuais do sexo oposto”.

No dicionário Aurélio (2008) há semelhanças no significado, o termo travesti está relacionado ao fato de mudanças corporais que não estão relacionadas ao sexo biológico imposto ao nascimento, está relacionado a uma pessoa que se veste com roupas características do sexo oposto.

Já para Tavares (2013) travesti se referia aos homens que se vestiam de mulheres no carnaval para justificar sua homossexualidade que se dava início ao transvestimento para que posteriormente evoluísse para a transexualidade. Algo que sabemos nos dias atuais que não é verdade, pois sempre nos sentimos mulheres desde nossas lembranças mais tenras e com o passar do tempo começamos a lutar para que nosso gênero fosse respeitado como tal.

---

<sup>13</sup> Disponível em: <https://www.dicio.com.br/travesti/>. Acesso em: 24/08/2023.

<sup>14</sup> Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/travestismo>. Acesso em: 24/08/2023.

Diferentemente da circulação médica da categoria transexual, a categoria travesti já vinha sendo utilizada no Brasil antes dos anos 1970, em diversos sentidos que extrapolavam as definições médicas. Green (2000) sinaliza o uso do termo travesti na mídia impressa desde pelo menos a década de 1940, referindo-se à prática de homens se vestirem de mulher no Carnaval, os “homens-travestidos” (TAVARES, 2013 p. 11).

Neste momento podemos ver alguns avanços sociais, porém não o suficiente para dar voz a essas mulheres que durante anos foram caladas e seguem sendo silenciadas, incluso por seus irmãos LGB<sup>15</sup> em que encontram uma certa resistência a essas mulheres que construíram seus corpos através de intervenções cirúrgicas que acabam de certa forma chocando uma sociedade que ainda não está preparado para a presença de travestis na sociedade.

Infelizmente o discurso religioso não pode ser separado deste trabalho já que muitas travestis vêm de famílias cristãs e com sua imposição religiosa acaba impondo de forma forçada suas crenças, triste realidade porque ninguém deseja essa situação, porém existimos.

Ou seja, travesti para a sociedade não é mulher nem homem para fundamentalistas religiosos, como afirma Pimenta em artigo publicado em 2015<sup>16</sup>, em que traz o machismo ao qual vivemos em nossa sociedade, que não somos nem homem nem mulher desta forma desrespeitando nossa existência e uma luta que durante muitos anos se arrasta até os dias atuais para sobrevivermos.

Qual o sentido de uma data comemorativa que afirma o orgulho da heterossexualidade, num contexto em que homossexuais e travestis são discriminados, violentados e até mesmo assassinados por sua orientação sexual e identidade de gênero? O sentido é justamente o de esmagar a minoria (PIMENTA, 2015).

Seguindo essa linha de raciocínio é muito importante estudarmos a travesti com suas variáveis como raça e também aos nossos irmãos homens trans que passam pelos mesmos problemas sociais, mesmo que dando a impressão que menos agressivo do que com as mulheres trans; não podemos negar sua existência, luta, resiliência e persistência em ter o direito de existir.

Homens trans, pessoas transmasculinas e não-binárias ainda enfrentam grande invisibilização ou ausência de informações públicas sobre assassinatos nos veículos de mídia e a maioria dos casos que temos contabilizados vem de fontes complementares. sendo as fontes

---

<sup>15</sup> Lésbicas, Gays e Bissexuais.

<sup>16</sup> Disponível em: <https://fpabramo.org.br/2015/04/10/contra-o-fundamentalismo-religioso-e-a-vontade-crua-da-maioria/>. Acesso em: 29/08/2023.

complementares também as principais responsáveis pelos casos de suicídios, violações de direitos humanos e outros tipos de violência. o que não quer dizer que estes casos não existam, mas nos ajuda a perceber que ao longo dos últimos seis anos, a violência mortal-intencional é muito mais direcionada as pessoas transfemininas que são maioria, em torno de 95% de todos os registros. dados que corroboram com informações publicadas pela Transgender Europe, que organiza o ranking global (BENEVIDES, p. 23).

Recaímos mais uma vez de como a sociedade vê a existência das mulheres travestis e de como as pessoas encaram com normalidade o fato da maioria das travestis estarem exercendo a prostituição negando a essas mulheres o direito de existência.

Isso fica claro em uma fala de Tavares (2018) quando se refere as travestis serem estigmatizadas com a prostituição e vagabundagem e sempre retornarem à prisão pelo fato de não ter direito de conviver em sociedade.

Como a maioria da população travesti não possuía emprego devido ao estigma descrito no primeiro capítulo, e pela imagem que a mídia criou dessas pessoas, elas sempre voltavam para a cadeia, e esse ciclo permaneceu durante todo o período militar. Quando as travestis eram presas (TAVARES, 2018, p.31).

Vivemos em uma sociedade machista, sexista e binária que não aceita e tem resistência em entender que não escolhemos nascer assim e seguem dizendo que somos aberrações e que queremos impor nossas vontades contrariando a “Deus”. Triste realidade porque ninguém deseja essa situação, porém existimos mesmo que repetido anteriormente se faz necessário repetir para que fique em evidência nossas lutas e demandas.

Odara (2020) traz uma reflexão sobre isso ao relatar sua vivência e seus impedimentos em viver como mulher trans livre, que são os mesmos de todas nós:

Sendo assim, foi a partir desse entendimento que recaiu sobre meu corpo transgressor negro e periférico, diante de minha existência e da minha autopercepção e afirmação social, enquanto mulher negra trans, que iniciei a minha trajetória no movimento de travestis, passando a compreender e pautar com mais vigor as mazelas sociais que nos faz experimentar as mais variadas violências (ODARA, 2020, p. 30).

Durante muitos anos a sociedade sempre se dividiu entre mulheres e homens os quais sempre dominaram os desejos dos demais e sempre “mandando” nas mulheres que por sua vez sucumbem mediante a este machismo que nunca foi velado.

Pretende-se, dessa forma, recolocar o debate no campo do social, pois é nele que se constroem e se reproduzem as relações (desiguais) entre os sujeitos. As justificativas para a desigualdades precisariam ser buscadas não diferenças biológicas (Se é que mesmo essas podem ser compreendidas fora de sua constituição social), mas sim nos arranjos sociais, na história, nas condições de acesso aos recursos da sociedade, nas formas de representação (LOURO, 1997, p. 22).

Não aceitar que mulheres travestis com toda sua construção corporal têm o direito de viver em sociedade com toda a dignidade as quais qualquer cidadão brasileiro tem direito é um tanto ultrajante. Se nossos corpos atacam tanto assim a sociedade, me pergunto do porquê esses corpos construídos ainda são tão procurados no submundo da prostituição e explorados por homens heteronormativos que não deveria se sentir atraídos por mulheres que não são cisgênero.

Esse machismo ocidental e cristão nunca esteve pronto a respeitar nossa existência, principalmente quando se trata de mulheres travestis que sempre são agredidas, seja fisicamente ou verbalmente, por se diferenciar ao que desejam para nossas vidas, afirmando categoricamente que destruimos uma “criação feita à imagem e semelhança de Deus, ou seja, divina”, conforme a Bíblia cristã, e quando cito algo religioso é porque vejo como a religiosidade ainda é inerente na sociedade brasileira, seja cristã ou de outra religião que é típica na sociedade iguaçuense.

Até porque a heteronormatividade é considerada o correta segundo Oliveira (2017) que começa a desconstruir esses parâmetros de machismo e gênero onde se acha que o heterossexualismo é normal e natural, algo que vemos e sabemos que não.

A hetero normatividade e pela normatividade de gênero. A hetero normatividade de gênero pode ser definida como norma regula, justifica e legitima a heterossexualidade como uma forma de sexualidade mais natural, mais válida e mais normal em detrimento das outras, vistas como negativas e inferiores (OLIVEIRA, 2017 p. 27).

Essa sociedade machista e sexista não entende que nós, travestis, desde nossa infância, nos vemos e nos reconhecemos como mulheres e necessitamos exteriorizar o que sempre sentimos em nossas almas. O sexismo sempre impediu que nos identificássemos como mulheres, reprimindo e impedindo de nos empoderarmos de nossa sexualidade, mas a letra “T” vem demonstrar que não existe apenas macho e fêmea e sim uma sexualidade fluida.

Grubba (2020) levanta essa questão de uma sociedade binária de forma discursiva demonstrando que existimos e que é apenas uma forma social imposta

para que não tenhamos voz, porém aos poucos começamos a quebrar o preconceito e estamos existindo e resistindo.

Tendo por objeto a ideia da identidade de gênero, busco, com este artigo, problematizar discursivamente a estabilidade da mencionada concepção, levando em consideração as análises foucaultianas sobre dispositivos de controle do sexo e da sexualidade, as observações dos Estudos Culturais sobre o descentramento do sujeito moderno, que colocam em xeque a ideia de identidade fixa, assim como as considerações performativas de Judith Butler. Nesse sentido, questiono: a identidade de gênero binária pode ser considerada um dado biologicamente ou culturalmente sustentado? Enquanto hipótese de pesquisa, sugiro que a estrutura binária da concepção sociocultural de gênero, fundada mimeticamente na ideia do sexo biológico binário, é decorrente de uma estrutura discursiva (GRUBBA 2020 p.2).

Essa reconstrução corporal através de hormônios e posteriormente com cirurgias plásticas se dá por não nos reconhecermos como homens e sim como mulheres, que nascemos e que em nosso psicológico sempre esteve presente e sentimos de uma forma drástica de como o sexismo tenta nos reprimir e ocultar nossa existência.

Por isso afirmo o que Grubba (2020) já previa de como mulheres travestis seriam bruscamente caladas e perseguidas.

[...] a reivindicação transexual desenvolveu-se numa dialética sutil entre a oferta tecnológica (a dos endocrinologistas e cirurgiões movidos pela compaixão, mas também preocupados em testar hipóteses sobre a natureza humana e suas determinações biológicas) (HAUSMAN, 2001, p. 78 apud GRUBBA, 2020, p.30).

Grubba continua sua explanação afirmando que junto a uma demanda de cuidados estruturada por um discurso padronizado, que oferecia aos cirurgiões “a imagem exata do que eles esperavam de seus doentes, e repetindo estereótipos transmitidos numa subcultura transexual, validando e estabilizando esta situação como digna do interesse dos médicos” (GRUBBA, 2020, p. 11).

Nascimento (2021) trata desta imposição social onde o sexo é imposto e não respeitando o psicológico.

Particularmente, como travesti, tive desde a infância, uma experiência cruel com o machismo e o sexismo, que acercavam o meu poder de autodefinição, já que não me reconhecia no papel de gênero masculino que me era imposto (NASCIMENTO, 2021, p. 19).

Vemos que parte do feminismo segundo Nascimento (2021) insiste em banir a existência e luta por igualdade social para as mulheres travestis, pois para elas o

feminismo está vinculado ao sexo e não gênero, em que mulheres têm os mesmos direitos que os homens por acreditarem que nós, mulheres travestis, estamos em uma situação de privilégio; sem entender que sofremos discriminação dupla: primeiro por sermos trans, segundo por nosso gênero; que assim como as mulheres diariamente têm a necessidade de reafirmar sua existência e direitos perante aos homens.

O grupo aborda atualmente a questão biológica como um fator determinante na construção da imagem do feminino. Elas defendem que não há subjetividade em ser mulher e que o preconceito surge a partir do gênero associado ao nascimento. O movimento afirma que suas ideias se baseiam na teoria clássica do feminismo radical, utilizando autoras como Robin Morgan, Julie Bindel, entre outras, como exemplo (NASCIMENTO, 2021).

Essas feministas radicais tentam nos suprimir e afogar nossas demandas por não aceitar que existimos e que temos tanta capacidade quanto os homens e assim como mulheres cisgênero. Infelizmente vemos que até as radicais não reconhecem nossas lutas como sendo delas e isso dificulta nossa existência.

As feministas radicais esquecem que assim como elas; nós, travestis e trans, somos discriminadas e que a luta delas é a mesma que a nossa e ainda sofremos preconceito de gênero não permitindo que nós, travestis, possamos ocupar um espaço social que também é nosso por direito.

E é justamente aqui que minha pesquisa tem esse papel de romper esses conceitos e discriminação social ao qual passamos no ambiente escolar impedindo uma formação acadêmica para uma vida diferente que não seja prostituição.

Ao levantar autores, também realizei uma entrevista com uma mulher travesti que passou por toda essa situação em que mulheres travestis são excluídas do processo educacional, o que impede de elas terem acesso à educação, levando essas mulheres à prostituição por não conseguir empregabilidade no mercado formal de trabalho.

Se faz necessário esse entendimento por parte das mulheres cis gênero que nós, mulheres trans e travestis, existimos e que também necessitamos de uma oportunidade de mudança em nossas vidas para não ter a prostituição como principal renda para sobreviver.

Sobre a presença de mulheres transexuais e travestis no feminismo, é importante ressaltar que nós não somos super-heroínas que pretendem salvar o feminismo de possíveis equívocos históricos ou teóricos, que não é nossa intenção fragmentar o feminismo, muito menos a nossa produção

pretende desconsiderar a produção existente sobre o feminismo (NASCIMENTO, 2021, p. 21).

Justo aqui, como diz Letícia Nascimento, não temos a intenção de deslegitimar as lutas das mulheres e sim unir forças; de deixarmos um lugar de privilégio como homens, e construirmos um corpo e uma personalidade feminina.

Sofremos preconceito por nossa desconstrução, passando a ser mal vistas pelas pessoas, como uma vergonha social e com isso acabamos sofrendo preconceito de gênero como toda mulher cis gênero sofre e em dobro por sermos travestis e consideradas o elo fraco do machismo, por termos rejeitado nossa genital de nascimento e assumido o que sempre sentimos em nosso interior, sermos mulheres.

Ser travesti em uma sociedade predominantemente binária reflete de forma integral o preconceito propagado diretamente a tudo que se considera diferente; e quando não se adapta a essa situação “esses” diferentes incomodam com sua existência, pelo simples fato de existir e não aceitarem ser colocadas no mesmo quadrado ou caixa que os demais.

Louro (2003) faz menção as ideias apresentadas nesse trabalho levando-nos a refletir questões de gênero e educação e principalmente de nossas vivências sociais e nossos envolvimento familiares.

Desconstruir a polaridade rígida dos gêneros, então, significaria problematizar tanto a oposição entre eles a unidade de cada um. Implicaria observar que o pólo masculino contém o feminino (de modo desviado, postergado, reprimido) e vice-versa; implicaria também perceber que cada um desses pólos é internamente fragmentado e dividido (afinal não existe mulher, mas várias e diferentes mulheres que podem ou não ser solidárias, cúmplices ou opositoras) (LOURO, 2003, p. 32).

Como já citado antes o caso de mulheres travestis no Brasil não é agradável, com dados que todos os anos são divulgados pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra)<sup>17</sup>. Em 2020, foram assassinadas 175 pessoas transexuais no Brasil, o número representa aumento de 29% em relação às 124 mortes registradas em 2019. E isso é surpreendente, pois 2020 estávamos em plena pandemia, período na qual muitos não podiam sair dos seus lares, mas mesmo nesse período, nossos corpos eram procurados e violentados.

Nossas vidas não importam, a não ser para o sexo e prazer momentâneo, e

---

<sup>17</sup> Disponível em: <https://antrabrasil.org/category/violencia/>. Acesso em: 24/08/2023.

voltamos a cair na velha concepção que somos a vergonha para os homens ao assumir nossa existência, porém esses mesmos homens que criticam são os que nos procuram nas ruas e em locais de prostituição. Desta forma sim temos valor para o prazer carnal e momentâneo para muitos “machos” que gostam desta prática de vício sexual.

Perguntada em como a prostituição surgiu em sua vida, em entrevista para o “Santa Portal”<sup>18</sup>, Taiane Miyake, que agora trabalha como coordenadora da Coordenadoria de Diversidade, do Departamento de Direitos Humanos e Cidadania, da Prefeitura de Santos, conta que a prostituição é e sempre será uma imposição na vida de travestis e transexuais, e no seu caso, isso não foi diferente. Ela não se deixou conformar com essa ocupação, mas a fez pela sua sobrevivência. “Mesmo tendo experiência no trabalho formal, quando se transita, o corpo transexual/travesti não é digno de ser associado a uma empresa privada e o seu currículo, não passa de um pedaço de papel.”

Dessa maneira, a não integração dessa população no mercado de trabalho é um dos grandes fatores que conduz travestis e transexuais à prostituição. Em concordância com dados divulgados pela Antra, 90% dessa parcela social tem a prostituição como fonte de renda alternativa à sobrevivência.

A sociedade tem que excluir essa questão de prostituição como escolha, porque o mercado do sexo é o que, muitas vezes, a sociedade impõe para elas, porque não dão oportunidade de trabalho. Elas não estão lá porque elas querem. Elas estão lá por falta de igualdade, falta de oportunidades (ANDRADE, 2022).

Aqui reflete a questão de valores e de gênero que não se pode assumir, mas posso desfrutar e explorar escondido sem que isso venha a ferir a masculinidade e a tradição machista a qual somos criados no Brasil.

João Manuel de Oliveira (2017) faz menção em seu livro ao tratar aspectos que envolvem a vida de travestis em nosso país e de como o dessabor para essas mulheres é amargo e triste perante nossa sociedade machista.

Um caso evidente sobre o funcionamento das normas de gênero é o das mulheres trans. De acordo com Relatório da *Transgender Europe* (Balmer & Hutta, 2011), a situação do Brasil é das piores do mundo com mais episódios noticiados de assassinato contra pessoas trans. Com dados atualizados em 2017 em território brasileiro ocorreram cerca de 50% (938)

---

<sup>18</sup> Disponível em: <https://santaportal.com.br/geral/taiane-miyake-expoe-desafios-da-transicao-de-genero/>. Acesso em: 24/08/2023.

dos homicídios de pessoas trans (OLIVEIRA, 2017, p. 29)

Fica claro para o autor que o Brasil é um país que não aceita a diversidade. Eu poderia citar e abordar assuntos como racismo, mas iríamos fugir da pauta aqui abordada sobre mulheres travesti. E mais uma vez corrobora minhas reflexões quando falamos que o Brasil segue campeão em exterminar mulheres trans e como nossa presença incomoda essa sociedade patriarcal e machista.

E sempre seremos motivo de chacota e de não estarmos presentes em locais públicos onde as demais pessoas têm acesso e por isso, na maioria das vezes, nos recolhemos à noite em ruas escuras para socializar com nossas iguais, onde essa suposta diferença não existe, somente a dor que atinge a todas em busca de sobrevivência.

Sobrevivência essa que acaba se tornando uma profissão, que na grande maioria das vezes, se torna o único meio de se ganhar dinheiro, já que mulheres travestis, por falta de incentivo, não voltam ao ambiente escolar e deixando de ocupar lugares que lhe são de direito. Visto que o medo e as humilhações afastam essas mulheres do ambiente escolar, já que são vítimas de perseguição, da falta do uso do nome social e até mesmo o direito de usar um banheiro; tudo isso acaba deixando as mulheres travestis em uma situação desconfortável para frequentar a escola.

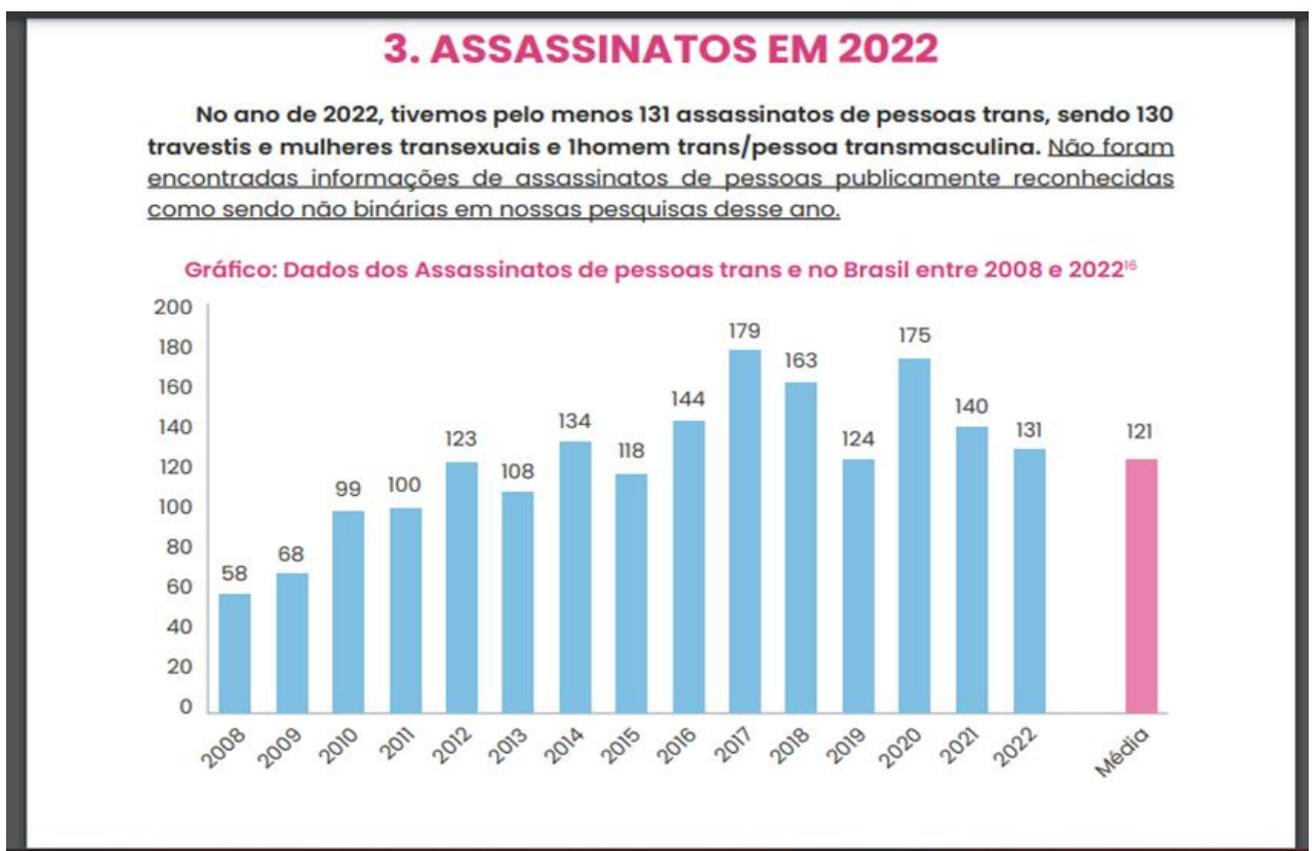
Justamente como se diz um velho ditado das travestis brasileiras: “O que a família rejeita a cafetina aceita”. E é justamente aí que inicia o martírio na vida das travestis e transexuais que ao serem rejeitadas por suas famílias e expulsas de casa não conseguem obter sucesso no ambiente escolar.

Mas sabemos que isso é apenas a ponta do iceberg, que por baixo do que normalmente vimos, existe todo um contexto histórico, machista, sexista e patriarcal que impede de nós, mulheres travestis, ocuparmos nossos lugares nesta sociedade binária que insiste em nos excluir e nos perseguir e nos matar e ganharmos o título de país que mais mata travestis no mundo como é divulgado os dados da ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) revelou que no ano de 2022 em plena pandemia de COVID-19 tivemos a morte de 140 travestis.

Na figura 1 abaixo, trago uma tabela de morte de travestis no Brasil. Ao compararmos com 2008 ao aumento foi grande tendo como pico no ano de 2017 com 179 mortes de mulheres travesti, no decorrer dos próximos anos ocorreu uma

diminuição de mortes, mas algo nada significativo já que seguimos sendo mortas e sem investigação policial, o que não nos leva as estatísticas. Mas o que me chama mais a atenção que ainda durante a pandemia de COVID-19, em 2022, onde supostamente as pessoas deveriam estar em isolamento social, ocorreram 131 mortes, ou seja, se não estivéssemos em isolamento social provavelmente teríamos superado o ano de 2017.

Figura 1



Fonte: Dossiê Assassinatos e Violências Contra Travestis e Transexuais Brasileiras em 2022<sup>19</sup>.

Isso só fortalece minhas falas ao dizer que os corpos negados das mulheres trans e travestis são procurados, desejados e descartados pelos homens; pois se a

<sup>19</sup> Disponível em: <https://antrabrazil.files.wordpress.com/2023/01/dossieantra2023.pdf>. Acesso em: 24/08/2023.

mulher travesti não fosse desejada não teria tanta procura nos pontos de prostituição e que como consequência levar à morte por homens que muitas vezes usufruíram desses corpos.

## 4 GÊNEROS E CORPOS

Precisamos entender o que se passa com uma mulher travesti e transexual e para isso é necessário entender que a construção de um corpo vem ligada a um gênero que a nós não nos pertence. É comum que toda pessoa transgênero não se identifique com o gênero que lhe é atribuído ao nascimento e com isso acarreta muitos problemas emocionais que iniciam na infância, por não se reconhecer neste corpo ao qual não lhe pertence.

E o fato de não nos identificarmos ao corpo atribuído ao nascimento acaba afetando diretamente a vida das mulheres travestis e trans ao não nos enquadrarmos em uma sociedade binária (homem X mulher) e o que foge a isso é repudiado socialmente pelas pessoas que não aceitam nossa orientação sexual.

Quando a mulher travesti se assume socialmente, inicia um processo de desconstrução de uma figura que a sociedade conhecia no corpo masculino e que acarretará muitos prejuízos sociais e psicológicos para nós, mulheres transgênero, levando a uma exclusão primeiramente da família e posteriormente do restante da sociedade, inclusive a escolar. Essa exclusão atinge de forma destruidora, podendo levar muitas dessas mulheres ao submundo da prostituição justamente pelo fato de não frequentarem a escola por vários fatores e uma delas a falta de políticas públicas.

Segundo dados da PNAD Contínua<sup>20</sup> (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua) 2022, o número de mulheres no Brasil é superior ao de homens. A população brasileira é composta por 48,9% de homens e 51,1% de mulheres.

Apesar das mulheres serem a maioria no Brasil há muitos anos, apenas após a década de 1970 iniciaram-se estudos e trabalhos de elaboração de políticas públicas ligados ao gênero, tendo em vista que entendemos que essas políticas são necessárias para uma vivência em sociedade com mais igualdade.

No entanto, quando chegamos a um subgrupo - mulheres travestis - podemos perceber que nem sempre essas mulheres alcançam tais políticas, o que nos torna

---

<sup>20</sup> Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18320-quantidade-de-homens-e-mulheres.html#:~:text=Segundo%20dados%20da%20PNAD%20Cont%C3%ADnu,51%2C1%25%20de%20mulheres. Acesso em 28/08/2023.>

invisíveis, visto que a expectativa de vida das mulheres trans chega a 35 anos de acordo com Pedra (2018).

A análise dessas convergências lança luzes sobre a situação de travestis e transexuais no Brasil, país que possui, hoje, o maior número de assassinatos transfóbicos registrados no mundo, segundo dados de uma ONG internacional que discutiremos mais adiante. Somados à alta mortalidade, essa população ainda arca com outros índices alarmantes, como a baixa escolaridade, a baixa inserção no mercado de trabalho e alta taxa de evasão escolar (PEDRA, 2018, p.15).

Grubba (2020), em seu artigo, nos revela questões ligadas a área da Psicologia em que nossos corpos são supostamente uma “doença” analisados por profissionais da área mental que afirmam que nossos corpos são vistos como um transtorno de gênero, deslegitimando toda nossa história de vida para afirmar que não nos enquadrados ao sexo biológico.

O elemento crucial para a disforia de gênero é a presença clínica significativa de um incômodo associado à condição de gênero” (APA, 2013). Dessa maneira, apesar da despatologização da transexualidade, mantém-se o discurso da identidade de gênero centrada num sujeito unitário. Do discurso da identidade de gênero enquanto decorrência necessária do sexo biológico prevista no DSM-IV, ao discurso da identidade de gênero enquanto possibilidade de escolha do sujeito, a partir de sua relação com o mundo. Mantém-se, contudo, a identidade de gênero como algo necessário ao se afirmar como disforia a “não aceitação da sua própria identidade de gênero”. (GRUBBE, 2020 p.12)

Segundo histórias passadas e repassadas de forma informal, um conhecimento que podemos dizer aqui de geração para geração, essas travestis mais antigas que sua idade gira em torno de 60 anos, não são muitas tendo em vista que segundo pesquisas e informações difundidas pela Antra no Dossiê lançado em 2023, demonstra que a expectativa de vida de uma mulher travesti no Brasil é cerca de 35 anos.

Outro aspecto importante, é o número de vítimas entre a idade mínima de cada ano e 35 anos, considerada a expectativa de vida média da população trans. A média entre os seis anos ficou estabelecida em 80% como sendo a média de pessoas trans assassinadas entre a idade mínima catalogada (13 anos) até os 35 anos, entre 2017 e 2022. Em 2017, 86% das vítimas tinham entre 16 e 35 anos. Já em 2018, tivemos 85% entre 17 e 35 anos. Em 2019 apresentou 74% das vítimas entre 15 e 35 anos; 2020 teve 73% dos casos entre 15 e 35 anos e; 2021 com 81% entre 13 e 35 anos. Já em 2022, tivemos 81% das vítimas entre 15 e 35 anos (BENEVIDES, 2023, p. 34).

A Antra, desde que iniciou o agrupamento e a seleção de dados sobre mulheres travestis e transexuais, tem trazido dados sobre mortes dessa minoria no

Brasil, que com frequência são assassinadas de forma truculenta; como o caso de Dandara que foi espancada e morta a pauladas pelo fato de ser uma mulher travesti, como ilustra a figura 2.

Figura 2



Fonte: Portal G1 Globo Ceará<sup>21</sup>

Em seguida, para corroborar minha fala, apresentarei um gráfico - representado na figura 3 - que se encontra no Dossiê onde apresenta a morte de travestis e que de suas pesquisas através de investigação corrobora que a vida de travestis gira em torno dos 35 anos.

<sup>21</sup> Disponível em: <https://g1.globo.com/ceara/noticia/2017/03/apos-agressao-dandara-foi-morta-com-tiro-diz-secretario-andre-costa.html>. Acesso em: 24/08/2023.

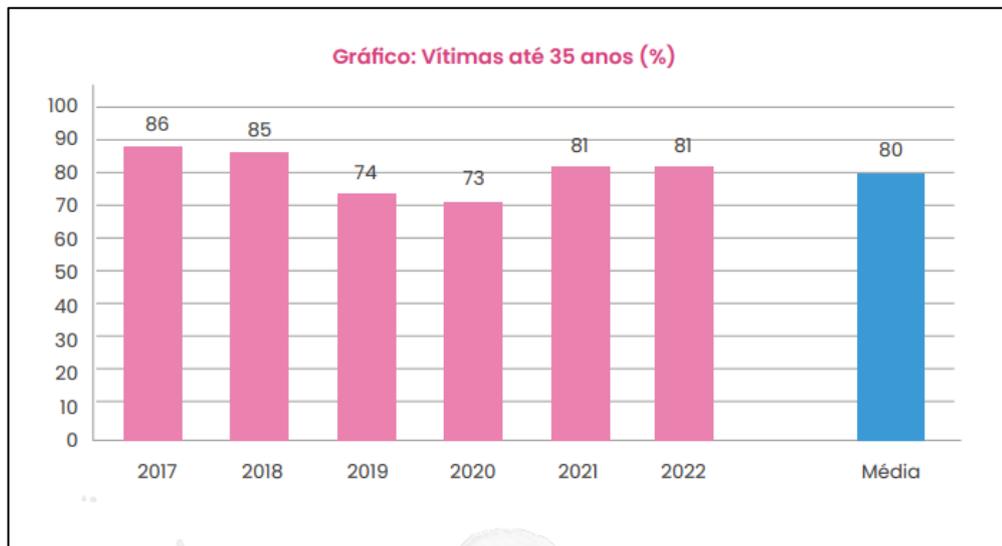


Figura 3

FONTE: Dossiê Assassinatos e Violências Contra Travestis e Transexuais Brasileiras em 2022<sup>22</sup>

Essas mesmas travestis idosas relatam tudo isso, porque vivenciaram os fatos, que desde a década de 1980 muitas travestis foram presas e mortas, e por isso a palavra travesti tem um contexto histórico de resistência para toda as mulheres trans. No passado ainda não se conhecia este termo e de forma pejorativa eram chamadas travestis, travecos, demônios entre tantos “elogios” que persistem em nos acompanhar até os dias de hoje recordando que essas informações são repassadas de forma oral por idosas trans, até porque não se tinha interesse por parte de pesquisadores de investigar e retratar de forma escrita esses fatos, cabendo a tradição oral repassar tal conhecimento a travestis mais jovens

Quando entramos na discussão de gênero, entramos em uma situação muito delicada, conforme Louro (2003)

Relacionada, a princípio, às distinções biológicas, a diferença entre gêneros serviu para explicar e justificar as mais variadas distinções entre mulheres e homens. Teorias foram construídas e utilizadas para “provar” distinções físicas, psíquicas, comportamentais; para identificar diferentes habilidades sociais, as possibilidades e os destinos próprios de cada gênero (LOURO, 2003, p. 45)

Ao assumirmos nossa identidade de gênero deixamos de ser consideradas mulheres, porém tão pouco obtemos reconhecimento como mulheres “de verdade” justamente pelo fato de sermos consideradas homens socialmente mesmo com toda transformação corporal pelo qual passamos, e isso é frustrante pelo fato de não

<sup>22</sup> Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2023/01/dossieantra2023.pdf>. Acesso em: 24/08/2023.

termos uma identidade propriamente dita aceita socialmente.

Travesti não tem seu espaço garantido nos grupos, nem no ambiente escolar que deveria por sua vez ser o local de proteção e aceitação e principalmente de uma construção de respeito, a qual deveria por sua vez permitir que transgêneros permaneçam na escola garantindo assim uma formação dando a oportunidade dessas mulheres travestis – nós - a chance de uma vaga no mercado formal de trabalho.

Odara (2020) relata bem de como o meio escolar pode ser excludente para tudo e todos que não se enquadrem a um padrão dito “normal” demonstrando que o ambiente escolar ainda é tóxico o que não deveria ser tendo em vista que a escola deveria ser acolhedora.

Ainda hoje, no âmbito escolar, é muito comum vermos alunos se agredirem, seja através da violência física e/ou psicológica, através de práticas engendradas em uma sociedade que culturalmente historicamente cultiva e alimenta práticas racistas, preconceituosas na vida daquelas e daqueles que desviam dos padrões dominantes. Sendo assim, o tempo passa, mas o alvo continua sendo o mesmo, as pessoas negras, gordinhas, com deficiência ou até mesmo aquelas que apresentam traços de sexualidade e gêneros “fora do padrão” (ODARA, 2020, p. 85).

Como dito em vários momentos nesta dissertação, a escola deveria ser acolhedora, porém não é; e esse preconceito se estende fora de seus portões, atingindo pessoas nos diversos âmbitos sociais. No entanto, no caso das travestis, é possível perceber que o preconceito transcende essa norma, vindo de fora para dentro do ambiente escolar e saindo para as ruas; até porque travesti só pode ocupar as esquinas na qual são aceitas por suas iguais e tornando-se um local de consolo e sororidade.

## 5 ENTREVISTAS

Para dar sequência ao trabalho, apresento aqui uma tabela de análise de entrevistas realizadas para desenvolver essa dissertação, tendo em vista que serão analisados de forma qualitativa, analisando seu conteúdo.

Desta forma, ficará mais claro o objetivo que apresento em todo o trabalho que traz como experiência da própria autora no ambiente escolar, bem a vivência de uma mulher travesti. Essas impressões serão a seguir corroboradas pela secretária da educação que, por meio de sua fala, apresentam as falhas no sistema escolar que impedem a permanência de travestis no ambiente escolar.

Segundo Ávila (2020), no Brasil grande parte das pesquisas sociais é uma técnica de coletas de dados o que permite ao pesquisador apresentar dados sobre sua pesquisa.

Grande parte das pesquisas no Brasil se baseiam em entrevistas, como técnica de coleta de dados, amplamente empregada. A entrevista, estruturada ou não, é um método conveniente e estabelecido de pesquisa social (BAUER, 2015, p. 189 apud ÁVILA 2020)

Sendo assim, apresento as entrevistas utilizando os autores e as autoras utilizados na construção deste trabalho para fundamentar as entrevistas realizadas.

Para compreender melhor, destaquei algumas categorias que chamaram a atenção durante suas falas e que fazem paralelo com o abordado neste trabalho. Tenho em evidência cinco categorias que são atreladas as questões de gênero, de transição corporal e da relação com a escola e o papel desta instituição enquanto lugar que deveria promover a acolher crianças e adolescentes trans.

A primeira categoria é “transição”:

	<p>Samira:</p> <p>O meu processo de transição começou na rua, quando comecei trabalhar na rua eu comecei a me construir, construir meu corpo no sentido de eu tomar hormônio porque eu já tinha meu cabelo comprido eu já tinha uma aparência que eles</p>
--	--

<b>Transição</b>	falavam bem andrógina, aquela gay feminina. E aí eu comecei minha construção na rua quando comecei a trabalhar e eu senti que precisava tomar hormônio para ficar mais feminina. Foi na rua que comecei a transição.
------------------	---

O processo de transição é muito importante para uma travesti se realizar e colocar seu físico com o gênero ao qual se identifica mesmo que não seja o mesmo de nascimento.

Ao iniciar o processo de mudança sentimos que nos tornamos livres e ao ver nossos corpos construídos de acordo com o que sentimos, nos sentimos livres e libertas de amarras que nos impedem de sermos felizes de uma forma plena.

Pode-se perceber que, em sua fala, a entrevistada deixa bem claro de como a construção de seu corpo foi importante para se reconhecer como mulher que sempre se sentiu e de como os hormônios modificaram aquele corpo ao qual não pertencia, assim como foi para mim me sentir viva e feminina como sempre senti em meu coração. Assim como Lima (2016) apresenta a importância de de(re)marcar nossos corpos, que transitam e transicionam, tais como território:

.... elas são um alvo certo por serem de fácil identificação, são corpos marcados e territorializados . Tal fato diz respeito, por exemplo, à questão das roupas e acessórios estéticos, às intervenções corporais, a exemplo do uso de silicone no rosto e nos seios, enfim, a transformação física buscada por estas que já indicam um “outro” gênero, que não os tradicionais “homem-masculino” ou “mulher-feminina”. Como as trans não possuem a alternativa de poder “ocultar-se” no meio da multidão, sendo elas, na maioria das vezes, identificadas como desviantes do padrão de normalidade, acabam, por sua vez, sendo rejeitadas ou expulsas de ambientes e contextos marcadores desses padrões (LIMA, 2016, p.03).

A entrevistada deixou explícito de como a mudança corporal foi importante para que ela se auto identifique e se reconheça como mulher dentro desta construção. Dessa forma, podemos perceber que a maioria das travestis e transexuais precisam fomentar sua existência através do corpo, da feminilidade impressa nas características corporais, para que assim consigam adquirir autoconfiança para enfrentar o mundo que as rejeita diariamente.

Em relação à “Realização”:

<b>Realização</b>	<p>Samira:</p> <p>Pra mim foi uma grande descoberta, uma realização porque quando você começa a tomar hormônio quando você vê que está ficando feminina que sua pele está mudando, os pelos do seu corpo estão afinando, o corpo vai arredondando, assim você vai se realizando com essa transformação e vai se encontrando com essa identidade, seu verdadeiro eu com aquela identidade feminina.</p>
-------------------	--

Ao iniciar sua transição, a entrevistada assim como eu, enxergou, literalmente, a importância de mudar e construir esse corpo que não existia. Essa transformação no corpo nos realiza como seres viventes, que desejam modificar e estar de acordo com o que sempre sentimos – sermos “mulheres”. Mesmo que socialmente não exista esse reconhecimento, o simples fato de nos olharmos no espelho e ver essa mudança nos dá uma sensação de liberdade e de uma nova vida.

Quanto ao “Sonho”:

<b>Sonho</b>	<p>Eu começava a sonhar em fazer uma faculdade, fazer psicologia, comecei a sonhar assim, então, é incrível como o conhecimento te dá asas pra você focar, pra você sonhar....</p>
--------------	--

Sonhar faz parte da nossa essência como seres humanos. Apesar de não temos muitas oportunidades no ambiente escolar, temos consciência que estudar faz toda a diferença para estar no mercado de trabalho e ter uma vida melhor. Porém, é importante que oportunidades sejam oferecidas e não apenas de forma demagoga, precisamos ter conhecimentos e oportunidades para atuar no campo ao qual escolhemos, para posteriormente ter uma oportunidade melhor de trabalho.

Odara (2020) traz a importância da educação para nós, travestis, quando afirma que a escola tem o poder de transformar vidas e que o ambiente escolar é um instrumento fundamental no processo de socialização e valorização das diferenças.

A educação deve se caracterizar como instrumento fundamental nos processos de socialização e valorização das diferenças, pois é de grande importância trabalhar as pluralidades existentes no âmbito social. Porém, por questões políticas e ideológicas, na maioria das vezes, fecha-se para o diálogo com as diversas formas de existência na sociedade, formatando e excluindo e marginalizando sujeitos e consecutivamente os corpos estão fora da lógica dos “padrões dominantes” baseados na estrutura do racismo sexismo/machismo, heteronormatividade e cisgeneridade (ODARA, 2020, p.90).

Está claro de como nosso sonho pode ser barrado e trancado em uma sociedade machista, que não permite corpos construídos a estar em locais públicos e no caminho de uma mudança social.

Em seguida, trago o preconceito que a própria escola fomenta e podemos relacionar isso a falta de formação e capacitação docente:

<p><b>Preconceito</b></p>	<p>Teve um caso de uma professora minha que o rapaz falou de uma situação e ele usou a palavra traveco e eu falei pra ele que não era traveco e sim travesti aí ele falou pra professora:</p> <p>- Não é a mesma coisa professora traveco e travesti?</p> <p>Ela falou que pra mim era a mesma coisa, ali ela poderia ter falado não é traveco e sim certo a palavra travesti, quando fala traveco você está sendo pejorativo você está discriminando você é grosso.</p>
---------------------------	--

A palavra “traveco”, de acordo com o site Dicionário Online de Português - DICIO (2023)<sup>23</sup> - deriva da junção da palavra “travesti”, e do sufixo “eco”, que atribui um caráter depreciativo ao que a ele se associa. Pode-se dizer que é uma fala preconceituosa, pois normalmente é utilizada de forma pejorativa para atacar mulheres travestis que durante muitos anos lutaram para serem reconhecidas como mulheres. Dessa maneira, podemos ver a imposição social/machista que reforça que não temos fala e nem direito de existência, ou seja, que o simples fato de existirmos prejudica a toda uma sociedade ocidental, que prega uma aceitação que mesmo nos dias de hoje com tanta diversidade não existe mais.

Em relação à categoria “escola”:

<sup>23</sup> Disponível em: <https://www.dicio.com.br/traveco/>. Acesso em: 24/08/2023.

<b>Escola</b>	<p><b>Samira:</b></p> <p>Mas eu, assim, eu dentro da unidade escolar eu não consigo ver uma diferença de tratamento que você precise. Ou a pessoa trans, ela não deixa de ter capacidade.</p> <p>Então, assim, tanto a pessoa trans quanto qualquer outra pessoa, ela precisa ser avaliada, precisa ser acompanhada, precisa de formação para que ela consiga fazer o seu trabalho da melhor forma possível no atendimento do aluno. Eu acho que é você convencer aquele ambiente o ambiente delas que é um ambiente pra elas, que a escola está preparada pra receber elas e atender elas com toda sua demanda de roupa feminina de nome social, que agora tem a retificação e tem algumas que não querem e preferem usar o nome social.</p> <p><b>Secretária da Educação:</b></p> <p>Mas eu acho que, independentemente da forma, da... Eu acho que quando você fala “a gente tem que tomar o cuidado para que em vez de a gente pensar de uma forma que você vai fazer inclusão, não esteja excluindo a pessoa e até no preconceito, fala assim “ah não, ela é trans, então tem que ser de uma forma diferente”.</p> <p>Eu acho que não deve ser como um todo trabalhar com aluno, não vejo nenhuma dificuldade, você trabalha com os pequenos, pequeninhos sem nenhuma dificuldade. Falta conhecimento pra mim para os professores</p>
---------------	--

	temos muitos melindres ainda de como você trabalhar de como você lidar não só com trans, mas com todos a onde ela está, no CMEI, na escola na sociedade com as famílias o que falta é conhecimento pra que você deixe a pessoa vivendo normalmente.
--	---

Como citado anteriormente a escola deveria ser um local de libertação pelos conceitos sociais em preparar uma sociedade igualitária para todos, mas nem sempre isso acontece. Podemos perceber na fala da entrevistada – no item preconceito - que ela sofreu na escola e isso acarretou sua saída desse espaço público, que deveria ser de direito de todos; e a assumir um outro espaço, que é, de fato, as ruas, local onde a maioria das travestis vão parar.

Por sua vez, a secretária da educação do município, em sua fala, faz menção na igualdade e profissionalismo de pessoas trans, o que não ocorre na prática escolar, em que os próprios docentes rejeitam mulheres trans, que não se enquadram ao binarismo social, sendo eu sofredora de tais abusos e violências.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho apresentado trouxe a realidade desta pesquisadora travesti e que pode ser a realidade tantas outras travestis pelo Brasil; tendo em vista que, na maioria das vezes, a história se repete. Ser travesti em um país machista e preconceituoso sempre fez de nós minorias e sempre prejudicando nossa permanência na escola, como visto durante o trabalho escrito que a escola deveria ser um local acolhedor para todos independente de orientação sexual, racial ou religiosa.

Escolher a autoetnografia como metodologia de pesquisa foi um momento de muita angústia por não encontrar muitas pesquisas que adotaram esse viés metodológico, além de ter medo e pouco acreditar que minhas reflexões renderiam uma pesquisa científica. Com o aprofundamento das minhas leituras e os diálogos que as disciplinas do mestrado puderam me proporcionar, comecei a entender que eu não poderia ter escolhido outra metodologia, afinal, o envolvimento que tive com as análises só foi possível a partir das narrativas autoetnográficas.

A entrevistada relatou de forma bem pontual a dificuldade em concluir seus estudos e como políticas públicas para travestis e transexuais é importante para a permanência dessas mulheres na escola; assim como a própria autora sentiu na pele como a sociedade insiste em nos expulsar deste espaço formador de opinião.

Pude observar também na fala da entrevistada que os próprios docentes não estão preparados para atuar com mulheres travesti e que este desconhecimento ainda é uma barreira para a inclusão desse público nas unidades escolares. A fala da Secretária da Educação do município é clara: precisa-se avançar muito em projetos de educação para assim construirmos uma entidade acolhedora, inclusiva para todos e todas dentro de suas diferenças e especificidades.

Quero afirmar que a pesquisa que aqui finalizo não está acabada, pois estamos sempre em transformação, e, definitivamente, essa pesquisa me transformou como pessoa, mulher travesti, professora e pesquisadora. Eu nunca pretendi oferecer um modelo para ser seguido. As minhas narrativas aqui objetivaram promover um diálogo, uma reflexão, com outros pesquisadores e pesquisadoras, que assim como eu, buscam ampliar suas perspectivas para a construção de um mundo onde as minorias sejam respeitadas, uma sociedade livre de estereótipos e preconceitos.

## 7 REFERÊNCIAS

ANDRADE, Caio. **Acompanhe uma reflexão sobre as travestis e transexuais na prostituição e entenda problemáticas que acompanham essa população e as conduzem ao mercado do sexo**. Disponível em: <https://jornalismojunior.com.br/a-existencia-trans-e-travesti-transcrita-na-prostituicao/>. Acesso em: 00/00/2023.

BENEVIDES, B. G. **Dossiê Assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2022**. Disponível em: <https://antrabrazil.files.wordpress.com/2023/01/dossieantra2023.pdf>. Acesso em: 10/07/2023.

BEZERRA, F. **Dicionário de gênero: entenda e use os termos certos**. Revista Glamour, 2017. Disponível em: <https://revistaglamour.globo.com/Lifestyle/noticia/2017/09/dicionario-de-genero-entenda-e-use-os-termos-certos.html>. Acesso em: 24/08/2023.

BORTOLETTO, G. E. **LGBTQIA+: identidade e alteridade na comunidade**. São Paulo: USP, 2019. Disponível em: [https://paineira.usp.br/celacc/sites/default/files/media/tcc/guilherme\\_engelman\\_bortoletto.pdf](https://paineira.usp.br/celacc/sites/default/files/media/tcc/guilherme_engelman_bortoletto.pdf). Acesso em: 24/08/2023.

ELLIS, C.; ADAMS, T.; BOCHNER, A. **Autoethnography: an overview**. Forum: Qualitative Social Research. Berlim/Alemanha, v. 12, n. 1, s/p, jan. 2011. Disponível em: <http://www.qualitativeresearch>. Acesso em: 02/06/2022.

GASPODINI, I. B & JESUS, J.G. **Heterocentrismo e ciscentrismo: Crenças de superioridade sobre orientação sexual, sexo e gênero**. Revista Universo Psi, Taquara, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/FDMQDKmPt6zHm9RVRdYS35w/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 29/08/2023.

GONZALEZ, Mariana. Universa UOL, 2020. **Movimento LGBTQIA+: entenda o que significa cada uma das letras da sigla**. Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2021/06/03/movimento-lgbtqia-entenda-o-que-significa-cada-uma-das-letras-da-sigla.htm>. Acesso em: 24/08/2023

GRUBBA, L. S. **Corpos Trans, Identidade e Performatividade de Gênero: uma análise discursiva sobre a naturalidade da identidade mimética de sexo-gênero**. Rev. de Gênero, Sexualidade e Direito | 2020. Disponível em: <https://www.indexlaw.org/index.php/revistagsd/article/view/6380>. Acesso em: 22/06/2023.

JESUS, J. G. de & ALVES, H. (2012). **Feminismo transgênero e movimentos de mulheres transexuais**. Revista Cronos.

LACEY, H. **Is science value free?: values and scientific understanding**. Londres

e Nova York: Routledge, 1999.

LIMA, A. Título do trabalho: **Evasão Escolar de Travesti e Transexuais** subtítulo. Orientador: Mestre Alexsandro A. Oliveira. 2016. 48 páginas. Trabalho de conclusão de curso – Pedagogia, Centro Universitário Dinâmica das Cataratas, Foz do Iguaçu. 2016.

LOURO, G. L.. **Gênero, sexualidade e educação**. Uma perspectiva pós estruturalista – Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

MAGALHÃES, C. E. A. de. **Autoetnografia em contexto pedagógico: entrevista e reunião como locus de investigação**. In: VEREDAS ONLINE – TEMÁTICA – 1/2018 – PPG LINGUÍSTICA/UFJF – JUIZ DE FORA – ISSN: 1982-2243. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/veredas/issue/view/1360>. Acesso em: 25 de agosto de 2023.

NASCIMENTO, L. C. P. do. **Transfeminismo**. São Paulo: Jandaíra, 2021. 192 p. ISBN 978-65-87113-36-4. Cadernos De Linguagem E Sociedade, 23(1), 169–173. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/les/article/view/41825>>. Acesso em: 22/05/2023

NASCIMENTO, L. **O radfem e seu papel de exclusão das mulheres trans dentro no feminismo contemporâneo**. Disponível em: <https://contrapontodigital.pucsp.br/noticias/o-radfem-e-seu-papel-de-exclusao-das-mulheres-trans-dentro-no-feminismo-contemporaneo>. Acesso em: 13/07/2023.

ODARA, Thiffany. **Pedagogia da desobediência: travestilizando a educação**. Salvador, BA: Editora Devires, 2020.

OLIVEIRA, J. M. **Desobediências de gênero**. Salvador, BA: Editora Devires, 2017.

PEDRA, C. B. **Acesso à cidadania por travestis e transexuais no Brasil: um panorama da atuação do Estado no enfrentamento das exclusões**. 2018. 275f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública). Fundação João Pinheiro, Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho, 2018.

PIMENTA, P. **Contra o fundamentalismo religioso e a vontade crua da maioria**. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/2015/04/10/contra-o-fundamentalismo-religioso-e-a-vontade-crua-da-maioria/>. Acesso em: 29/08/2023.

VIEIRA, H. **O transfeminismo como resultado histórico das trajetórias feministas**. In: HOLLANDA, H. B. (org). Explosão feminista. São Paulo: Companhia das letras, 2018.

VALENTIM, C. S. S. e S. **Cartilha: o aprendiz LGBTQIA+ acolhendo a diversidade na organização**. 2020. 68 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Políticas Públicas, Infância, Juventude e Diversidade). Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 2020.